

**Recomendações ao Poder Público e às organizações da Sociedade Civil sobre a proteção social, a educação e o cuidado com as crianças a partir dos primeiros resultados da pesquisa: “Infância em Tempos de Pandemia: Experiências de crianças de 8 a 12 anos em Belo Horizonte e região metropolitana”.**

Isabel de Oliveira e Silva<sup>1</sup>; Iza Rodrigues da Luz<sup>2</sup>; Levindo Diniz Carvalho<sup>3</sup>, Maria Cristina Soares Gouvêa<sup>4</sup>

As medidas de isolamento social geraram profundos impactos sobre toda a sociedade. Por um lado, a pandemia atingiu de forma intensa as classes populares, especialmente pela perda de emprego e renda, o que se somou às já precárias condições de vida em contexto de extrema desigualdade. Por outro, o quadro de emergência social atingiu de forma ainda mais forte as crianças causando grande sofrimento, diminuição do convívio social e dos espaços de socialização, interrupção das aulas presenciais nas escolas e agravamento das condições de pobreza infantil.

A partir destas considerações e da relevância de ouvirmos as crianças sobre suas experiências, iniciamos, em junho de 2020, uma pesquisa que teve como objetivo compreender como crianças de 8 a 12 anos da região metropolitana de Belo Horizonte - RMBH, vivenciam a Pandemia de COVID-19. A escuta das crianças ocorreu por meio de um questionário *online*, com questões abertas e fechadas, pela troca de mensagens, desenhos e fotografias em um ambiente virtual e pela realização de entrevistas com a utilização de recursos de comunicação à distância. O questionário ficou disponível entre 11 de junho e 15 de julho e as entrevistas foram realizadas entre agosto e dezembro de 2020. Buscamos analisar as rotinas, as relações sociais e as experiências das crianças com foco nas suas emoções e sentimentos. Como eixo central nessa análise procuramos também

---

<sup>1</sup> Professora da Faculdade de Educação da UFMG e coordenadora da pesquisa Infância em Tempos de Pandemia

<sup>2</sup> Professora da Faculdade de Educação da UFMG e coordenadora da pesquisa Infância em Tempos de Pandemia

<sup>3</sup> Professor da Faculdade de Educação da UFMG e coordenador da pesquisa Infância em Tempos de Pandemia

<sup>4</sup> Professora da Faculdade de Educação da UFMG e professora colaboradora da pesquisa Infância em Tempos de Pandemia

compreender como as desigualdades sociais, territoriais, raciais e de gênero repercutiram nas diversas experiências das crianças.

Contamos com a participação de mais de 2.200 crianças que responderam ao questionário e, dentre essas, 33 foram entrevistadas na segunda fase da Pesquisa. As análises centraram-se nas suas interpretações, mas, também, no contraste, na medição e nas frequências quantitativas sobre as experiências das crianças participantes dos 33 municípios da RMBH. Todo o processo de escuta foi realizado com base em princípios éticos das pesquisas com crianças.

Nesta nota apresentamos recomendações ao Poder Público, às organizações da Sociedade Civil e a toda a sociedade a partir dos primeiros resultados da Pesquisa. A investigação empreendida tem como referência principal os Estudos Sociais da Infância e o reconhecimento da alteridade das crianças como sujeitos de direitos e atores sociais que participam e transformam a vida social.

### **ESCUA DAS CRIANÇAS: CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

I - As crianças revelaram, em suas falas, capacidade de resistência, consciência de suas condições de vida, dos seus direitos, responsabilidades, dos direitos de suas famílias e do contexto da crise sanitária, social e política que vivemos. Seus pontos de vista genuínos e complexos nos permitem afirmar que elas podem e devem falar por si mesmas sobre suas necessidades e demandas e que poderão contribuir muito na construção de caminhos para o enfrentamento da crise sanitária e a para retomada das atividades presenciais nas escolas.

**RECOMENDAMOS** que as necessárias e urgentes ações do poder público destinadas às crianças levem em consideração os seus pontos de vista. A escuta das crianças pode ser feita por meio de “rodas de conversa”, “assembleias”, entrevistas individuais e “fóruns”, mas também a partir da análise sensível das suas diferentes formas de expressão, mediadas pela imaginação: o desenho, a fotografia e o brincar. Os pontos de vista das crianças podem ser objeto de conversas individuais ou em pequenos grupos e podem subsidiar a tomada de decisões. Garantir espaços de participação é reconhecer que as crianças são sujeitos históricos e de direitos.

II - As crianças, em sua maioria disseram estar cumprindo o isolamento físico. Entretanto, há um grupo de crianças que tem acompanhado familiares ao trabalho ou tem se deslocado para ficar sob a responsabilidade de familiares ou vizinhos. Esse fato ilustra como as condições em que as crianças da RMBH vivem a pandemia são diversas e desiguais. A pesquisa revelou, por exemplo, que as crianças que se declararam pretas e pardas são as que menos possuem acesso a recursos digitais (celular, tablet e computador). O acesso à internet pelas crianças que vivem em regiões de maior risco de vulnerabilidade social também se revelou menor do que para as que vivem em outras regiões da cidade, o que expressa desigualdade de oportunidades. A compreensão dessa pluralidade de infâncias indica a urgência de se considerar os pertencimentos de gênero, sociais e raciais das crianças na avaliação das consequências da pandemia, realizando ações que efetivamente contribuam para mitigar as consequências da situação de crise sanitária sobre as crianças em suas diversidades.

**RECOMENDAMOS** que as políticas e ações destinadas às crianças considerem suas identidades, seus contextos de vida familiar e comunitária e que sejam formuladas tendo em conta as diversas fragilidades e o precário acesso a bens materiais básicos de parcela expressiva da população infantil. A crise que vivemos exige conhecimento profundo dos territórios das nossas cidades e dos riscos de vulnerabilidades aos quais as crianças estão submetidas. Tais desafios exigem que políticas se estruturem de forma intersetorial por meio de ações integradas de promoção de direitos baseando-se nas informações e significados das experiências das crianças marcadas pelas desigualdades sociais, territoriais, raciais e de gênero. Sugerimos que possam promover, por exemplo: maior articulação da atuação das Unidades Básicas de Saúde com as escolas; levantamento das condições sociais das crianças e das famílias; mapeamento dos equipamentos públicos, organizações da sociedade civil e diferentes atores que compõem a rede de proteção social visando a construção de ações articuladas; realização sistemática de reuniões entre os diferentes setores para discussão de casos e revisão de protocolos.

III - As experiências das crianças na pandemia foram caracteristicamente distintas entre as que não realizaram atividades escolares e as que o fizeram, através do ensino remoto. Estas últimas fizeram análises consistentes sobre o Ensino Remoto Emergencial – ERE, indicando impactos negativos sobre sua saúde física e mental decorrentes do cansaço, da ausência de interação, do excesso de atividades e das dificuldades de aprendizagem geradas por essa modalidade.

**RECOMENDAMOS** que durante o ensino remoto, as práticas educacionais levem em consideração as avaliações das crianças sobre essa modalidade emergencial enquanto durar a suspensão das aulas presenciais para a reformulação de conteúdos, recursos, estratégias e tempos na sua realização. A rotinas das atividades não devem reproduzir artificialmente o ambiente escolar, pois essa “transposição” não garante o direito à educação das crianças e tem gerado estresse físico e emocional. Sugerimos que as práticas de interações com as famílias avaliem as diferentes estratégias de relação criadas no contexto de suspensão das aulas presenciais, bem como criem canais institucionais de participação efetiva das crianças e das famílias no desenvolvimento do projeto político-pedagógico das escolas de modo que faça sentido para as crianças. Para que isto se efetive, sugerimos, por exemplo, considerar a possibilidade de, no ensino remoto, utilizar outros formatos em que o tempo destinado às aulas possa ser organizado de modo que seja possível às(aos) professoras(es) trabalharem com grupos menores. Esta estratégia promove, no ambiente virtual, uma interação mais efetiva, permitindo conhecer melhor os processos vivenciados por cada criança e, assim, ajudá-las em suas aprendizagens e nas relações com os colegas. Isto somente será possível se as(os) professoras(es) tiverem acesso a formação para desenvolverem o trabalho com as crianças por meio de diferentes plataformas digitais e uso de ferramentas da web que qualifiquem o trabalho, tornando as atividades atrativas e instigantes para as crianças. Recomendamos, também, que as políticas públicas assegurem a equidade no acesso a recursos digitais (celular, tablet e computador) e acesso à internet de qualidade para crianças e professoras(es).

IV - As crianças explicitaram seus pontos de vista sobre a escola, destacando como suas aprendizagens se relacionam com as ações e interações com as professoras(es) e colegas de turma, mas dependem também da convivência afetiva e lúdica com as outras crianças e profissionais da escola, bem como dos usos de seus diferentes ambientes. A escola afirma-se como espaço social coletivo fundado na riqueza e diversidade das interações que ocorrem entre os sujeitos que a frequentam. Ao expressarem os sentidos que a escola tem em suas vidas, as crianças apresentaram elementos para o repensar dessa instituição: sua função de aprendizagem dos conteúdos escolares, de apoio às famílias no cuidado e educação e de lugar de sociabilidade e de brincadeiras entre elas e com os adultos. Suas manifestações nos permitem depreender que o retorno presencial à escola será marcado pelas consequências sociais e subjetivas decorrentes da vivência de medos, angústias, ansiedades e privações de diferentes ordens.

**RECOMENDAMOS** que a escola, como uma instituição central no ordenamento da vida das crianças sob diferentes aspectos, possa se preparar para acolher as crianças com suas necessidades e demandas de forma integral e integrada, com atenção às possíveis repercussões das experiências vividas neste contexto de pandemia. E que se possa reafirmar que os sentidos da escola para professores, crianças e famílias superem a visão restrita de “transmissão de conteúdos”, expressando uma concepção de currículo e práticas avaliativas coerente com o entendimento de educação escolar como formação humana. Sugerimos que a compreensão das condições das infâncias interroge a Pedagogia em seus métodos e organização de tempos, espaços e ambientes educativos. Assim, no retorno às aulas presenciais ou no ensino híbrido, indicamos, por exemplo, que sejam priorizadas experiências culturais e artísticas que enriqueçam a experiência estética das crianças, oportunizando o acesso a bens culturais. Sugerimos a construção de novos ambientes abertos de interações e aprendizagens que extrapolem a sala de aula por meio do uso de espaços externos da própria escola e da vizinhança. Esta estratégia pode, além do aspecto sanitário, contribuir para uma inserção mais efetiva da escola na comunidade com repercussões no processo de ensino e aprendizagem e de sociabilidade das crianças. Recomendamos, ainda, que as professoras(es) tenham espaços e tempos, dentro da carga horária, para participarem das decisões pedagógicas e das mudanças necessárias para o retorno com segurança de adultos e crianças.

V - As crianças expressaram em suas falas não apenas um conhecimento sobre a pandemia, suas causas e consequências, mas também da responsabilidade coletiva necessária para seu enfrentamento. Nos seus discursos, afirmaram a defesa do isolamento social e das medidas de proteção, diante da necessidade do cuidado com o outro, especialmente os idosos. Ao mesmo tempo, destacaram a preocupação com a piora das condições de vida de grupos fragilizados e a necessidade de medidas de proteção. O cuidado de si e do outro esteve fortemente presente nas reflexões das crianças como um imperativo ético.

**RECOMENDAMOS** que a escola se fortaleça como espaço de aprendizagem não apenas de conteúdos, mas de uma ética fundada na valorização do cuidado e do respeito mútuo; e que tanto no ERE e ensino híbrido quanto no retorno às aulas presenciais sejam fortalecidas atividades e desenvolvidos saberes fundados na cooperação coletiva e não na competição individualista. A formação da cidadania ocorre através de seu exercício, numa escola que se afirme como espaço da vida coletiva.

### **Coordenação da Pesquisa Infância em Tempos de Pandemia: experiências de crianças de 8 a 12 anos em Belo Horizonte e Região Metropolitana**

#### **Informações e contatos:**

Site da pesquisa: <https://www.infanciaemtemposdepandemia.com.br/>

E-mail: [infanciabhcovid19@gmail.com](mailto:infanciabhcovid19@gmail.com)

Site NEPEI: <https://nepei.fae.ufmg.br>